



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima da Presidência da República, à Senhora Marina Silva, acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, acerca da efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No sentido de esclarecer a esta Casa, encaminhamos as seguintes questões:

- a) Quais ações e medidas o Ministério do Meio Ambiente está adotando para garantir o cumprimento das metas de erradicação dos lixões estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento?
- b) Quais são os principais entraves identificados pelo Ministério do Meio Ambiente que dificultam o cumprimento das metas de desativação dos lixões no prazo estabelecido, especialmente nos municípios com menor capacidade institucional e recursos financeiros limitados?
- c) Quais estratégias o Ministério do Meio Ambiente está adotando para auxiliar os municípios mais pobres na implementação das políticas de saneamento e destinação adequada de resíduos?
- d) Quais recursos financeiros estão sendo





disponibilizados pelo governo federal para auxiliar os municípios na construção de aterros sanitários e sistemas de tratamento de resíduos, visando a substituição dos lixões?

- e) Quais são as iniciativas do Ministério do Meio Ambiente para aumentar os índices de reciclagem no país e promover uma gestão mais sustentável dos resíduos sólidos?
- f) Como o governo federal está abordando a situação das capitais e cidades que ainda não conseguiram eliminar os lixões, mesmo após a entrada em vigor do Novo Marco Legal do Saneamento?
- g) Como o Ministério do Meio Ambiente está promovendo a conscientização da população sobre a importância da reciclagem e do descarte adequado de resíduos, com o objetivo de reduzir a destinação para lixões e promover hábitos mais sustentáveis?
- h) Como o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando para superar os desafios relacionados ao alto custo da reciclagem no país e incentivar a implantação de sistemas mais acessíveis e economicamente viáveis?
- i) Quais parcerias foram estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente com órgãos estaduais e municipais para promover a gestão adequada de resíduos sólidos e a erradicação dos lixões, especialmente nas regiões com maiores deficiências neste aspecto?
- j) Quais são as perspectivas e metas do Ministério do Meio Ambiente para os próximos anos em relação à gestão de resíduos sólidos, reciclagem e erradicação dos lixões, e quais estratégias estão sendo





desenvolvidas para alcançá-las?

- k) Quais medidas o governo federal está adotando para garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento em relação à erradicação dos lixões até 2024, considerando que algumas capitais ainda descartam resíduos em aterros desse tipo?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2010, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos foi sancionada, com o objetivo de reduzir a geração de resíduos, estimular hábitos sustentáveis e aumentar a reciclagem e reutilização, como meta, deixou de que todos os lixões fossem extintos até 2014. Isso não ocorreu e, uma década mais tarde, cerca de 3 mil espaços do tipo ainda funcionam no país. Em 2020, foi aprovado o Novo Marco Legal do Saneamento, com a nova previsão de acabar com os aterros até 2024.

As novas regras criaram um cronograma em que todos os municípios precisavam apresentar, até o fim daquele ano, um plano para a desativação dos lixões. Capitais e cidades de regiões metropolitanas foram incumbidas de resolver o problema até agosto de 2021. Em seguida, os demais municípios com mais de 100 mil habitantes teriam mais um ano para isso. Até 2023 seria a vez dos com população entre 50 mil e 100 mil. E todos os restantes até o segundo semestre de 2024.

Entretanto, o recém-concluído relatório Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana, em sua sétima edição, mostra que não só o Brasil não vai conseguir cumprir essa meta nos próximos dois anos como, a julgar pelo que vem sendo feito, em 2030, somente a região Sul do país terá erradicado 100% dos lixões.

É onde os resultados são melhores. De acordo com o relatório, os municípios do Sul fazem uma destinação correta de 89,2% do lixo ali produzido; no





Sudeste, o índice é de 60,8%; no Centro-Oeste, 22,9%; no Nordeste, 21,2%; e, no Norte, apenas 16,3%.

Realizado pelo Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana (Selurb) em parceria com a empresa de auditorias PricewaterhouseCoopers, o levantamento ainda aponta que mais da metade das cidades brasileiras ainda destinam resíduos para os lixões a céu aberto ou outras instalações irregulares.

E, contrariando o determinado pelo Novo Marco, três capitais — Cuiabá, Porto Velho e Boa Vista — ainda descartam lixo em aterros do tipo. Foram analisadas 4.480 cidades brasileiras, por meio de dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

O Novo Marco Legal do Saneamento foi fundamental e continua sendo, mas é necessário que compreendamos melhor os entraves e criemos as condições necessárias para que os municípios cumpram as normas. É preciso analisar o porquê dos atrasos, quais capacidades ainda são deficitárias e como os governos estaduais e federal podem ajudar na execução desse plano.

Podemos compreender que cidades e estados mais ricos, que já têm capacidade institucional bem montada e recursos financeiros, executam o plano enquanto outros seguem com cobertura muito baixa. A regulamentação jamais será cumprida, a menos que examinemos as condições necessárias e desenvolvamos essas condições, principalmente para os municípios mais pobres.

Se os lixões irregulares são o problema mais visível, a outra ponta da história também preocupa: seguem baixos os índices de reciclagem no país, apenas 3,5% do lixo produzido no país. Na região Sul, 8% do lixo é destinado para a reciclagem; no Nordeste, onde a reciclagem tem o pior aproveitamento, apenas 0,8% do total.

Em um país continental como o Brasil, cada pessoa produz, em média, 343 quilos de lixo, por ano: no total, cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos. O número não seria tão impactante para o meio ambiente e a economia, se tanto resíduo fosse reaproveitado ou reciclado. Mas, no Brasil, somente 4% passam por esse processo, segundo a Abrelpe. Para alguns especialistas, o alto custo da reciclagem, no país, explica a taxa tão baixa.





A falta de reciclagem adequada também prejudica o meio ambiente: 40% de tudo que se produz de resíduo no país é destinado a aterros controlados ou lixões a céu aberto, locais inadequados para a destinação. Metade das cidades brasileiras não têm políticas de reciclagem e nem aterros sanitários.

Dessa forma, com base nestes dados preocupantes, torna-se evidente a necessidade urgente de um trabalho conjunto entre as autoridades para pôr em prática a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para evitar o avanço da devastação, é imprescindível que os governos federal, estaduais e municipais atuem de forma colaborativa, especialmente em relação às áreas mais necessitadas.

Portanto, é necessário um compromisso real e efetivo em executar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da implementação de políticas públicas robustas, fortalecimento das fiscalizações, investimento em educação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões mais necessitadas. Somente assim poderemos reverter a atual tendência e assegurar um futuro seguro e equilibrado para o Brasil.

Dessa forma, sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as necessidades ambientais do país e do mundo, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 01 de junho de 2023.

Deputado AMOM MANDEL

* CD 233795617800 *
exEdit

